Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa –

Exame – Direitos Reais II (Mestrado em Direito e Prática Jurídica)

Regência: Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos – 9.06.2025

Duração: 1h30m

GRUPO I – Comente as seguintes afirmações:

a) "Não é possível reivindicar uma dignidade animal com o argumento que nos encontramos perante seres sensíveis com uma capacidade de sofrer idêntica à dos humanos"

Cotação: 8 valores

- A frase é da autoria de Filipe Albuquerque Matos e Mafalda Miranda Barbosa, in *O Novo Estatuto Jurídico dos Animais*, Coimbra 2017.

- Assenta na ideia que o Direito foi sensível à situação excepcional dos seres humanos e, por isso, recusa afirmar a dignidade animal.

- Todavia, uma outra corrente doutrinária promove o combate ao especismo e à discriminação fundada na superioridade do ser humano.

- Segundo Tom Regan, todos os sujeitos com vida (*subjects of life*) devem merecer respeito semelhante, pois integram a mesma comunidade. Haveria, assim, que recusar uma hierarquia entre os seres vivos, de modo a impedir o sacrifício de uns, em prol dos interesses de outros.

- Ademais, Francione alerta para a necessidade de evitar a dor, o sofrimento e morte do animal, desenvolvendo, inclusivamente, o bem-estar dos seres vivos, humanos e não humanos.

b) "A Tourada, enquanto prática cultural, não é uma anomalia ibérica".

Cotação: 5 valores

- Segundo António Menezes Cordeiro, a tourada é uma anomalia ibérica.

- Além disso, a tourada não é uma prática cultural.

- Com efeito, nem tudo é Cultura. Importa, por isso, não confundir Cultura e Tradição.

-A Cultura, ao contrário da Tradição, renova-se, evolui e promove novos olhares. Na verdade, importa evitar a cristalização ou o seu enquistamento. Propiciar, em suma, propiciar uma saudável abertura, defendida por ilustres pensadores da Cultura e do próprio Direito.

-A Tourada e outras práticas cruéis sobre animais, como a Vaquejada, não são Cultura. Se dúvidas houver, como salienta Scovazzi, num estudo recente, não existe um só registo de património Cultural Imaterial que envolva tais práticas com animais.

c) "O Assento de 19 de Abril de 1989, hoje acórdão uniformizador de jurisprudência, exige uma interpretação restritiva".

- A frase é parcialmente correcta. Na verdade, foi defendida a necessidade de interpretação restritiva, num aspecto, e interpretação extensiva, noutro.

- O Pleno do STJ, em 19 de Abril de 1989, após entender que o artigo 380º do Código Civil (CC) de Seabra não estava em vigor que o actual CC sequer mencionava as coisas públicas, sublinhou a importância de uma afectação, de forma directa e imediata, ao fim de utilidade pública dos caminhos. Não sendo, assim, exigível a correlativa apropriação, produção, administração ou jurisdição por pessoa colectiva de direito público.

- Se o CC de 1966 não suprimiu o atravessadouro esse também não foi o intuito do assento de 1989 ao declarar que os caminhos públicos estão no uso directo e imediato do público, desde tempos imemoriais.

-A hipótese de alargamento do âmbito dos atravessadouros foi denunciada, desde o início, pelo juiz Conselheiro Baltazar Coelho, em declaração de voto ao assento (AUJ, acórdão uniformizador de jurisprudência) ao escrever que o "assento acabado de tirar manterá (...) inúmeros atravessadouros, com manifesto desrespeito do preceituado no artigo 1383º do Código Civil".

-Daí a necessidade de interpretação restritiva.

-Ao invés, também foi defendida a necessidade de uma interpretação extensiva.

- Na verdade, Henrique de Mesquita defendeu que o AUJ não devia ser interpretado à letra de modo a conferir maior amplitude e subsistência aos atravessadouros.